

NOTAS
PARA ►►
ADVOCACY

IDENTIFICAR DESIGUALDADES PARA PLANEJAR UMA PAZ DURADOURA NO BRASIL

Renata Giannini

Denise Hirao

Dezembro 2020



GENDER
ASSOCIATIONS
INTERNATIONAL CONSULTING

Gender Associations

GAIC- Gender Associations International Consulting GmbH (Gender Associations) foi criada em março de 2019 em Berlim, Alemanha, dedicada a assessorar instituições e indivíduos no desenvolvimento de suas capacidades para promover e assegurar a igualdade de gênero e os direitos humanos. Essa assessoria é oferecida por meio de avaliações, pesquisas orientadas à prática, análises de políticas, capacitações, além da construção de redes e espaços inclusivos de diálogo no campo de Mulheres, Paz e Segurança e igualdade de gênero em geral.

Nossas diversas áreas de especialização derivam de décadas de experiência trabalhando com atores internacionais como o sistema das Nações Unidas, organizações da sociedade civil, academia e governos nacionais em diversas regiões geográficas em todo o mundo. Trabalhamos com uma rede internacional de consultoras e consultores sob a orientação temática, regional e estratégica de nossa equipe de Associadas e Associados Líderes.

**GAIC – Gender Associations
International Consulting GmbH**
www.genderassociations.com

c/o Ufer Berlin
Paul-Lincke-Ufer 41
Berlin – 10999

Tel: +49 (0)157 355 27434
(Germany)
contact@genderassociations.com

O Projeto “Capturing Inequalities to Plan for a Lasting Peace” foi implementado pela Gender Associations com o apoio do Programa zivik do Instituto de Relações Culturais Internacionais (Institut für Auslandsbeziehungen- ifa, em sua abreviação em alemão), parte do Ministério das Relações Exteriores (Auswärtiges Amt).



As análises e opiniões expressas neste documento são das autoras e não necessariamente refletem a posição política das instituições que apoiaram este projeto.

Projeto **“Identificar Desigualdades para Planejar uma Paz Duradoura”**

Coordenação Geral do Projeto: Nicola Popovic

Apoio financeiro e administrativo: Nadia Synytsia

Assessora Regional sobre movimentos de mulheres

e defensoras de direitos humanos: Denise Hirao

Assessora Regional sobre temas interseccionais

de gênero: Diana López Castañeda

Responsável pelo projeto na Bolívia: Valeria Vilaseca

Responsável pelo projeto no Brasil: Renata Giannini

Colaboração no Brasil: ELAS Fundo de Investimento Social

Responsável pelo projeto no Chile: Andrea Paz Cerda

Desenho gráfico: Fabian Sixtus Körner

Foto de capa: Alicia Nijdam

Agradecimentos

As mulheres que participaram das entrevistas e oficinas deste projeto são, em sua maioria, ativistas que vêm trabalhando incansavelmente na defesa dos direitos humanos das mulheres. Muitas enfrentam riscos significativos à sua própria segurança, motivo pelo qual seus nomes não serão publicados neste documento. A Gender Associations celebra o seu compromisso e agradece seus importantes insumos a este projeto. Agradecemos também a Alma Viviana Pérez, da ONU Mulheres, e a Hilary Anderson, da Comissão Interamericana de Mulheres da OEA, por suas contribuições a este projeto.

1. INTRODUÇÃO

A agenda Mulheres, Paz e Segurança¹, baseada na Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU (UNSCR 1325), não costuma ser utilizada internamente em países sem guerras recentes. Em tais países, como o Brasil, sua aplicação é geralmente destinada a missões de paz no exterior². Com a intensificação da deterioração democrática e da violência em vários países latinoamericanos, a Gender Associations propôs o projeto “Identificar desigualdades para planejar uma paz duradoura”, destinado a identificar estratégias para a aplicação da agenda Mulheres, Paz e Segurança, especialmente em seu pilar sobre prevenção, em três países da região: Bolívia, Brasil e Chile. Este projeto foi aprovado em um processo seletivo aberto à rede [Unidas](#) e implementado como o apoio financeiro de ifa/zivik, instituição vinculada ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha.

Este projeto foi implementado entre maio e dezembro de 2020 por meio de revisão de literatura, pesquisa na internet, 23 entrevistas e três oficinas com defensoras de direitos das mulheres no Brasil, nas quais participaram 31 mulheres. Os principais resultados estão sintetizados nestas “Notas para Advocacy”. O presente documento descreve e analisa os principais temas da agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS) no contexto brasileiro, apresenta recomendações e sugere alguns indicadores para o monitoramento e a prevenção da violência, com vistas a uma paz substantiva.

Este projeto refere-se a “mulheres” em toda a sua diversidade, incluindo mulheres trans.

2. ASPECTOS DE GÊNERO, DIVERSIDADE, PAZ E SEGURANÇA NO BRASIL

a. “Já vivemos em uma guerra”³

Apesar de liderar diversos rankings de violência no mundo, o Brasil não é, usualmente, considerado um país em conflito. Uma exceção foi o relatório *Conflict Barometer 2020*, que classificou o Brasil como um país em guerra plena⁴.

1 A Agenda de Mulheres, Paz e Segurança está ancorada na Resolução 1325 de 31 de outubro de 2000 e subsequentes resoluções do Conselho de Segurança da ONU, resultado de um processo global de mobilização de organizações de mulheres. Essas resoluções, em conjunto com a Recomendação Geral 30 do Comitê Internacional pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher da ONU (CEDAW), expressam um consenso internacional sobre a importância de trabalhar temas de Paz e Segurança a partir da perspectiva das mulheres.

2 Como se reflete no conteúdo do Plano de Ação Nacional para a implementação da Resolução 1325.

3 Participante em oficina realizada em 23 de outubro de 2020. Essa percepção foi mencionada por várias entrevistadas neste projeto ao serem questionadas sobre eventuais tendências à eclosão de conflitos armados.

4 O relatório, que utiliza o termo “full-scale war”, está disponível em <https://hiik.de/conflict-barometer/current-version/?lang=en>.

O país lidera o ranking mundial de homicídios em geral e de mulheres trans em particular, sendo o quinto no assassinato de mulheres e registrando um número crescente de feminicídios⁵. A cada ano, mais de 35 mil pessoas negras perdem suas vidas violentamente, representando a grande maioria das 47.778 mil pessoas assassinadas no país, muitas delas pelas mãos do Estado⁶. Este é o único indicador de violência que afeta diretamente mais homens do que mulheres no Brasil⁷.

b. Conflitos urbanos

Para diversas ativistas entrevistadas neste projeto, os altíssimos índices de homicídios de pessoas negras representa um processo de genocídio, sendo parte do racismo estrutural do país. A maioria dos assassinatos ocorre em contextos urbanos, onde se destaca a violência armada provocada por grupos de crime organizado, a polícia, os militares, milícias e outros atores. As entrevistadas relatam que, à morte de jovens negros, que leva a vida desses homens e devasta a vida de familiares sobreviventes, aliam-se as ameaças e a violência física, sexual, doméstica, psicológica e simbólica contra as mulheres. Geram-se também traumas e perdas econômicas que afetam de forma desproporcional as mulheres negras em áreas periféricas. Essa situação de intensa violência, embora tenha sido agravada pelos retrocessos da democracia nos últimos anos, já era a realidade das populações negras, que estiveram à margem da proteção do Estado durante séculos.

c. Conflitos no campo

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra, foram 1833 conflitos de terra em 2019, 60% deles na Amazônia⁸. Esses conflitos resultaram em muitos assassinatos de ativistas, 85% deles na Amazônia. Nas áreas rurais, as mulheres estão na linha de frente dos conflitos de terra. Elas têm se tornado cada vez mais lideranças nesse contexto, presidindo sindicatos de agricultores e outros assentamentos rurais, como grupos quilombolas ou movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). A partir do relato das ativistas entrevistadas, percebe-se que o tipo de violência que frequentemente vivem é de gênero e inclui violência sexual e ameaças a membros da família.

d. Conflitos na floresta

Na floresta, especialmente na Amazônia, intensificam-se os avanços desenvolvimentistas predatórios, com o apoio do governo. Mineração ilegal, desmatamento, extrativismo, queimadas e megaprojetos levam populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas a sofrerem com a poluição dos rios, a diminuição do tamanho da floresta e das terras para cultivo, além da violência e

5 Ver: "Monitor de homicídios". Disponível em: homicide.igarape.org.br; „EVA - Evidências sobre Violências e Alternativas para mulheres e meninas“. Disponível em: eva.igarape.org.br; „Brasil lidera ranking de assassinato de pessoas transsexuais“. Disponível em: <http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transsexuais>.

6 FBSP (2020). Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>.

7 “EVA - Evidências sobre Violências e Alternativas para mulheres e meninas“. Disponível em: eva.igarape.org.br

8 Brum, E. (2020) . A milicialização da Amazônia: como o crime vira lei e o criminoso 'cidadão de bem' na maior floresta tropical do mundo". In: Conflictos no Campo, 2019. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14195-conflitos-no-campo-brasil-2019-web?Itemid=0>

doenças trazidas por esses empreendimentos⁹. Segundo ativistas entrevistadas, as mulheres são particularmente afetadas devido ao seu papel específico em suas aldeias como responsáveis pelos alimentos do rio, da floresta e de cultivos de subsistência. Elas também estão sujeitas à violência de gênero, incluindo exploração sexual, estupro, tráfico de pessoas e prostituição não-assistida¹⁰. Algumas também mencionaram o aumento da violência doméstica em paralelo ao maior uso de álcool e drogas.

e. Populações indígenas

Mulheres indígenas e especialistas que trabalham com povos indígenas entrevistadas neste projeto, principalmente as que vivem na região amazônica, disseram que existe na atualidade um risco de etnocídio, de extinção parcial ou total de etnias, especialmente no contexto da pandemia de COVID-19, que – sem ações destinadas aos povos indígenas – está matando muitos idosos simultaneamente. Também se referem à possível aniquilação cultural decorrente da inserção de grupos cristãos fundamentalistas em áreas indígenas, que elas descrevem como uma sequência do processo de conquista pela catequização iniciado no período colonial.

f. Retrocesso democrático e violência política

O retrocesso da democracia também tem sido apontado como uma grande ameaça às mulheres brasileiras. Verificam-se discursos e práticas de extrema direita em paralelo a um aumento da presença de militares e grupos religiosos conservadores na vida do Estado, o que se reflete na suspensão de políticas voltadas à igualdade de gênero, na intolerância religiosa e no posicionamento contra os direitos sexuais e reprodutivos, inclusive na política externa brasileira. A redução do espaço cívico e a violação das liberdades fundamentais também foram apontadas como de grande impacto, ilustradas pela perseguição de mulheres líderes, jornalistas e defensoras dos direitos humanos e do meio ambiente, resultando muitas vezes em agressões e inclusive assassinatos. Além disso, a censura artística, o monitoramento de cidadãos, a divulgação de notícias falsas, as campanhas de desinformação e o fechamento de instâncias de participação cívica são indícios de que o espaço cívico está diminuindo e que a democracia brasileira está retrocedendo. O cenário de polarização e crescente violência política intimida a participação política de mulheres, em particular as mulheres negras, bastante afetadas por este tipo de violência desde o assassinato da vereadora, defensora dos direitos humanos e ativista Marielle Franco.

g. Pandemia de Covid-19

No contexto da pandemia, a lacuna de desigualdade de gênero foi exacerbada. As mulheres são a maioria dos trabalhadores na economia informal, sendo mais vulneráveis às restrições econômicas. Elas também são as principais responsáveis pelas famílias, o que aumenta a pressão sobre suas carreiras profissionais e empregos. Até 18 de junho de 2020, oito em cada dez mortes notificadas de

9 Para maiores informações sobre este tema, ver http://www.genderassociations.com/wp-content/uploads/2019/10/Gender_Peace_and_Security_in_Brief_4_Diana_Lopez_Castaneda_es.pdf

10 O termo prostituição não-assistida foi utilizado por algumas entrevistadas, especialmente defensoras de direitos humanos da região amazônica, para se referir à situação de trabalhadoras do sexo desprovidas de assistência, de proteção legal e com alto risco de exploração.

mulheres grávidas e puérperas por Covid-19 haviam ocorrido no Brasil¹¹. Foi relatado que a insegurança alimentar se aprofundou especialmente entre mulheres negras e indígenas, que a violência doméstica, incluindo o feminicídio, aumentou consideravelmente com o confinamento social e que as dificuldades de acesso ao fundo de emergência do governo trouxeram também grave insegurança alimentar. Além disso, também foram relatados maiores desafios relacionados ao acesso a serviços.

3. RECOMENDAÇÕES PARA UMA PAZ DURADOURA

Uma perspectiva feminista sobre os conflitos armados no Brasil deve buscar entendê-los a partir da realidade das mulheres que os estão vivendo, em sua maioria negras e indígenas. Nas entrevistas e oficinas deste projeto, as ativistas que foram entrevistadas ou participaram dos encontros deste projeto identificaram as seguintes recomendações de advocacy para a prevenção de conflitos armados no Brasil:

1. Reconhecer o racismo estrutural: pressuposto para ação

O racismo é um elemento estruturante dos conflitos existentes no Brasil, sendo necessário reconhecê-lo como tal, aprofundar a empatia entre as mulheres ativistas e adotar um compromisso ativo para enfrentá-lo, de modo a priorizar o enfrentamento ao racismo na agenda feminista e promover a voz das mulheres negras e indígenas, inclusive porque são elas que vivenciam os conflitos armados no país.

A dimensão da violência e a intensidade do racismo contra a população negra no Brasil fica clara pela utilização do conceito de genocídio pelo movimento negro. Participantes ressaltaram que estão presentes no Brasil vários elementos descritos nas 10 etapas identificadas pela *Genocide Watch*¹² em genocídios no passado. Esta é uma linha de argumentação e advocacy que algumas participantes recomendaram aprofundar.

2. População indígena: meio ambiente, território e cultura

A destruição das florestas em prol do “desenvolvimento”, discursos que desumanizam pessoas indígenas e políticas que as privam de serviços de saúde e segurança alimentar durante a pandemia de COVID-19 representam uma ameaça à sua própria existência como etnia já que a sua sobrevivência depende física e culturalmente do meio ambiente e de seus territórios. É necessário, portanto, integrar as agendas de advocacy sobre igualdade de gênero e étnica com agendas ambientalistas.

¹¹ Ver: <https://www.vidaeca.com.br/8-em-cada-10-gestantes-e-puerperas-que-morrem-por-coronavirus-no-mundo-sao-brasileiras/>.

¹² “Ten stages of genocide.” Disponível em: <https://www.genocidewatch.com/tenstages>

3. Estratégias articuladas

No campo da segurança pública, é necessário potencializar as fortalezas de cada instituição para alcançar objetivos anti-racistas e feministas. Poderiam ser criados planos concretos de ação para advocacy, com definição de papéis, mensagens e ações de advocacy, envolvendo mulheres feministas anti-racistas em diferentes organizações não governamentais, movimentos sociais e instituições públicas. Também devem ser identificadas e envolvidas pessoas chave em certas instituições governamentais, como parlamentares e policiais feministas, para a defesa dos direitos das mulheres em geral e para encaminhar ações de denúncia em particular. Para mitigar a polarização política e os efeitos devastadores individuais que os ataques reais e virtuais podem ter também é preciso atuar a partir de coalizões entre organizações e pessoas que concordem com princípios comuns de democracia, direitos humanos, feminismo e igualdade racial.

4. Promover alianças entre organizações de segurança pública e organizações feministas

Algumas das ações propostas incluem encontros entre movimentos feministas sobre temas de segurança pública e o aprofundamento do diálogo entre organizações de mulheres negras e de segurança pública para propiciar estratégias comuns de abordagem. Por exemplo, talvez seja possível apresentar os dados de violência de modo a dar maior visibilidade ao genocídio contra a população negra.

5. Influenciar as instituições de segurança pública

As mulheres ainda estão ausentes das esferas de decisão no campo da segurança pública. É necessário criar estratégias de curto e longo prazo para a ocupação dessas esferas e ampliar o diálogo com policiais feministas. Também é preciso capacitar os efetivos policiais a partir de uma abordagem antiracista e feminista. Além da letalidade policial, direcionada particularmente contra a população negra, é comum, ainda, a revitimização de mulheres vítimas de violência que denunciam à polícia abusos e violências sofridas.

6. Fortalecer e proteger defensoras de direitos humanos e do meio ambiente

Monitorar os ataques a ativistas e se organizar para assegurar proteção; desenvolver ações de cuidado mútuo e autocuidado; fortalecer redes de proteção e desenvolver estratégias diante dos casos de intimidação de jornalistas e defensoras de direitos humanos por meio de processos judiciais (assédio judicial). Entre as ações concretas, foram citadas a capacitação em segurança digital e compra de equipamentos como celulares, telefones de satélite e computadores. Por fim, deve-se promover a sua segurança pessoal e a das suas famílias para que possam exercer a liderança sem intimidação e apreensão. Uma das estratégias citadas foi a denúncia coletiva de ameaças de morte, procurando retirar do isolamento um corpo individual para ampliá-lo na forma de um corpo coletivo. Além disso, a fragilidade do estado e a desconfiança impossibilita a implementação de redes de proteção mais amplas a partir do aparato estatal e de políticas públicas. Participantes das oficinas sugeriram que o mapeamento e ações em conjunto com parlamentares em todos os níveis pode contribuir para ampliar o apoio do estado a mulheres defensoras em situação de risco.

7. Ampliar a legitimidade e representação dos movimentos feministas e antirracistas

Impulsionar o engajamento das mulheres feministas em geral, para além daquelas que atuam vinculadas a organizações, ampliando a legitimidade das ações. Aumentar a representatividade política de pessoas negras. Para isso, são necessárias condições concretas e materiais para que mulheres exerçam liderança e para que as organizações tenham eficácia em suas ações.

8. Promover ações de comunicação antirracistas e feministas

Em um contexto de polarização política e de uso indevido de termos, é preciso fortalecer os processos de comunicação para a apropriação conceitual, cultural e contextual de termos como gênero, diversidade, conflitos, paz e segurança..

9. Alçar a voz de quem vive sob conflitos armados

Desenvolver mecanismos para visibilizar a voz das mulheres em locais remotos, como aldeias indígenas ou áreas urbanas sob conflito intenso. Retirá-las da “invisibilidade”.

10. Fortalecer comunidades e valorizar soluções locais

O fortalecimento dos laços comunitários contribui para a prevenção da violência por gerar maior “vigilância” e cuidado entre residentes. Além disso, soluções locais podem ter maior eficácia e eficiência para a prevenção de conflitos. “A pandemia, por exemplo, mostrou no Brasil que as melhores práticas vieram da reação do território e comunidades que foram mais competentes que a ação governamental.”¹³

11. Educação antirracista e pró-igualdade de gênero

Educação que, desde a primeira infância, desenvolva valores de igualdade de raça e gênero e que inclua a história da África e da população negra. Também é necessário seguir trabalhando com a mídia para discutir a imagem que dissemina sobre pessoas negras.

12. Solidariedade internacional

Buscar atenção internacional, gerando redes de solidariedade fora do Brasil.

13. Mulheres trans

A visibilidade da situação particular de marginalização das mulheres trans foi destacada como essencial para sua proteção. Sua acolhida por redes feministas é essencial para ajudá-las a romper o processo de exclusão, que começa nas famílias e nas escolas.

¹³ Entrevista realizada com ativistas dos direitos humanos em outubro de 2020.

4. INDICADORES DE PRONTO ALERTA

As entrevistadas e participantes das oficinas revelaram uma forte desconfiança em relação a instituições do Estado, como as forças policiais e o Poder Judiciário. Instadas a sugerir sistemas, mecanismos e indicadores de pronto alerta¹⁴, elas sugeriram ações a partir da sociedade civil, o que reflete a situação de fragilidade do Estado brasileiro na atualidade. Embora vários indicadores não apresentem conteúdo de gênero, eles são relevantes a partir de uma perspectiva feminista porque se referem a aspectos relevantes para as mulheres que vivem em situações de conflito aberto ou latente. Exemplos de indicadores de pronto alerta mencionados:

1. Nível incomum de movimentação em certos locais públicos

Algumas entrevistadas compartilharam indicadores concretos já utilizados por comunidades com conflitos armados, como a diminuição do movimento de pessoas em certos locais, o que pode indicar que esses estabelecimentos foram avisados sobre operações antecipadamente. Por exemplo, a comunidade escolar, majoritariamente formada por mulheres, é frequentemente alertada por meio de grupos de *Whatsapp*.

2. Violência contra as mulheres e discursos de ódio

O recrudescimento do sexismo, racismo, intolerância religiosa, cultural e étnica, transfobia e homofobia está conectado à intensificação da violência. Indicadores relacionados a essas esferas podem alimentar sistemas de pronto alerta em nível nacional, estadual e municipal.

3. Avanço das atividades de mineração e extrativismo ilegal na floresta

Medidas de prevenção poderiam ser tomadas a partir do cruzamento de informações georreferenciadas sobre o avanço da mineração e extrativismo ilegais, o mapeamento das áreas que podem ser exploradas e a localização das áreas demarcadas ou onde vivem populações tradicionais pode apontar locais de potencial conflito.

4. Elevação do número de pedidos de reintegração de posse

A elevação do número de pedidos de reintegração de posse está associada a uma tendência à eclosão de enfrentamentos violentos.

5. Ameaças diretas a ativistas

Diversas ativistas entrevistadas neste projeto mencionaram que um indicador claro de recrudescimento da violência é a existência de ameaças diretas a ativistas

14 A revisão de literatura realizada neste projeto identificou as seguintes características relacionadas a sistemas de pronto alerta eficazes: identificam fatores e indicadores que estão frequentemente correlacionados à eclosão de um conflito armado; analisam essa informação, levando em consideração o contexto e os riscos estruturais do conflito violento no país; formulam cenários de potencial evolução – o melhor e o pior cenário – assim como opções de respostas; estão conectados com sistemas de resposta rápida; buscam evitar a eclosão do conflito armado, da escalada da violência ou diminuir seu nível de destruição.

e suas organizações, especialmente quando se percebe que o autor da ameaça tem conhecimento da identidade, endereço e outras informações sobre a pessoa ameaçada. Exemplos de ameaças seriam mensagens e telefonemas anônimos; hackeamento de contas e computadores; uma cruz pregada sobre a porta de entrada da casa da pessoa ameaçada; entre outros. Algumas entrevistadas compartilharam mecanismos de resposta rápida, como uma rede de ativistas na Amazônia que, conectada por aplicativos de celular, retira uma ativista ameaçada e a traslada a uma cidade distante, contando com a solidariedade de outras companheiras. No entanto, entrevistadas que estão imersas em contextos de conflito armado também expressaram uma forte sensação de impotência por saberem que suas denúncias não costumam impedir a escalada da violência.

6. Dez Etapas do Genocídio

Participantes da oficina mencionaram que as 10 etapas do genocídio, identificadas na página web *Genocide Watch*, representam indicadores úteis para alertar sobre o que elas definem como um processo genocida em curso no país.

Como este projeto identificou diversos tipos de situações de conflito, também foram variados os indicadores de pronto alerta mencionados pelas entrevistadas e participantes em oficinas. Alguns elementos em comum, entretanto, podem ser identificados: em geral, refletem experiências em nível local e emergenciais, o que reflete o fato de que o Brasil já vive situações de conflito armado; não dependem exclusivamente do Estado, o que revela a falta de confiança nas instituições oficiais; revelam a resiliência dos grupos feministas e de mulheres, que vêm assegurando apoio mútuo e ação emergencial a companheiras sob risco; carecem de elementos fundamentais para conformar um sistema de pronto alerta eficaz, seja na etapa de coleta de informações, de comunicação ou de resposta, seja em relação à falta de capacidade de (ou recursos para) manter atividades permanentes ou engajar destinatários com poder para dar respostas efetivas. A desconfiança no Estado também impossibilita estratégias formuladas a partir de políticas públicas.

Embora se identifiquem lacunas relevantes para a implementação de sistemas de pronto alerta eficazes, também se identificam potencialidades a partir dos grupos feministas e de mulheres, além de mulheres feministas em outras organizações, como as de segurança pública e de direitos humanos. Essa potência será essencial para contribuir para a prevenção e mitigação de consequências dos conflitos já em curso no Brasil, marcados pela desigualdade e agravados pelo deterioramento democrático e pela pandemia de COVID-19.